

DECLARAÇÃO DE ESTADO CIVIL E UNIÃO

Nome do ex-servidor: _____

Nº de Benefício/Matrícula: _____

Eu, _____

(nome legível do (a) pensionista)

RG: _____ CPF: _____

Declaro sob as penas da lei que as informações abaixo são verdadeiras (artigo 299 * do Código Penal):

1) Meu estado civil ATUAL é:

Viúvo (a) Casado (a) Solteiro (a)

Separado (a) Judicialmente / Divorciado (a)

2) Convive ou já conviveu em união estável?

Sim Não

Se sim, qual o período? De: _____ até: _____.

Nome convivente: _____

3) Meu grau de parentesco com o ex-servidor é:

Cônjuge Ex-cônjuge Separado (a) Judicialmente ou Divorciado (a)

Filho (a) Companheiro (a)

Neto (a) Pai/Mãe

Outro. Qual:

_____ de _____ de 20__.

(local) _____ (data)

Assinatura do(a) pensionista

Declaro que tive conhecimento do caráter obrigatório da necessidade de prestar as informações para o SENAPREV, bem como da penalidade de suspensão, caso não atendida essa exigência, conforme previsto na Portaria que disciplina o recadastramento, estando ciente que as informações se prestam a complementar os cadastros e dados do beneficiário (a), podendo, inclusive, ser este termo usado como prova em processo administrativo.

Tenho pleno conhecimento da legislação que estabeleceu o benefício de pensão do SENAPREV, em especial o fato de que o casamento e a união estável são motivos para a perda da pensão, de acordo com a legislação municipal para pensionistas de ex-servidores e que **tenho ciência do dever de informar imediatamente e por escrito qualquer modificação da condição pessoal à autarquia, ou seja, que tenho obrigação de comunicar toda e qualquer alteração superveniente sobre meu estado civil, incluindo o estabelecimento de união estável, sob pena de medidas legais e penais cabíveis.**

Ciente que poderei, desde que fundamentado em provas, promover posterior retificação deste termo.

Declaro, ademais, serem verdadeiras todas as afirmações, ciente que a não veracidade poderá acarretar a instauração dos competentes processos judiciais, inclusive o crime de falsidade previsto no artigo 299 do Código Penal, que prevê pena de 1 a 5 anos quando alguém em documento público:

“Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante”

Instruções: Aos aposentados não é necessário o preenchimento deste formulário!

- Remetendo o documento por correio, imprescindível reconhecer firma da assinatura. Fica dispensado da exigência anterior, caso firme o formulário na presença de servidor da autarquia, devendo a assinatura ser igual a do documento apresentado (favor enviar cópia do documento de identificação); caso a assinatura tenha mudado favor solicitar o reconhecimento de firma da nova assinatura ou apresentar documento com assinatura atual.